

ASSENTAMENTO PALMARES II EM NINA RODRIGUES-MA: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA TERRITORIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO CAMPO

Adriana Araujo Coelho¹
Jose Sampaio de Mattos Junior²

RESUMO

Este estudo destaca o Projeto de Assentamento Palmares II em Nina Rodrigues – MA, refletindo sobre a dinâmica territorial, as políticas educacionais do Campo e suas contribuições para o desenvolvimento local. O Projeto de Assentamento surgiu no bojo da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária Federal e foi criado em 2000, Possui uma área de 12.364 hectares com 380 famílias assentadas e fica localizado em Nina Rodrigues-MA , especificamente no Território da Cidadania Vale do Itapecuru, segundo regionalização do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dados do MDA (2012) revelam que o Vale do Itapecuru apresenta uma área de 8.932,20 Km² onde estão localizados 10 municípios maranhenses. Nesta região residem 268.335 habitantes, dos quais 127.814 vivem na área rural, o que corresponde a 47,63% do total. Possui 16.865 agricultores familiares, 6.130 famílias assentadas e 54 comunidades quilombolas. As atividades econômicas realizadas no assentamento em estudo estão voltadas para a agricultura familiar, destacando-se como principais produtos o arroz, feijão e milho. O estudo destaca ainda que no Estado do Maranhão, a concretização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA deu-se através de parcerias envolvendo os Movimentos Sociais MST, Federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura do estado do Maranhão (FETAEMA), bem como Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e as Instituições Superiores de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, Instituto Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão.

Palavras chaves: Educação do Campo. Dinâmica Territorial. Assentamentos Rurais.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. e-mail: Adriana.edc.uema@gmail.com

²Doutor em Geografia Professor Adjunto do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. E-mail: sampaio.uema@gmail.com

Abstract

This study highlights the Proposed Settlement of Palmares II Rodrigues - MA, reflecting on the dynamics of territorial policies of the educational field and their contributions to local development. The Settlement Project emerged in the midst of implementing the National Plan for Agrarian Reform and Federal was established in 2000, has an area of 12,364 hectares with 380 families settled and is located in Nina Rodrigues, MA, specifically in the Territory of Citizenship Valley Itapecuru regionalization of the second MDA - Ministry of Agrarian Development. Data from MDA (2012) show that the Itapecuru Valley has an area of 8932.20 square kilometers where 10 municipalities are located in Maranhão. 268,335 people reside in this region, of which 127,814 live in rural areas, which corresponds to 47.63% of the total. It has 16,865 farmers, 6,130 settler families and 54 maroon communities. The economic activities undertaken in the settlement under consideration are focused on the family farm, especially as main products as rice, beans and corn. The study also notes that the State of Maranhão, the implementation of the National Agrarian Reform Education PRONERA took place through partnerships involving MST Social Movements, Federation of workers of agriculture in the state of Maranhão (FETAEMA) and Settlement Areas association in the State of Maranhão (ASSEMA) and the Higher Education Institutions: Federal University of Maranhão, Federal Institute of Maranhão Maranhão State University.

Keywords: Rural Education. Territorial Dynamics. Rural Settlements.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma reflexão sobre a dinâmica territorial e as políticas educacionais do campo que atenderam ao Projeto de Assentamento Palmares II que fica localizado no município de Nina Rodrigues – MA (figura 1) a 184 km de São Luís capital do estado. Esse município faz parte do Território da Cidadania Vale do Itapecuru segundo regionalização do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (Territórios da Cidadania) figura 2.

Compreender a dinâmica territorial do campo a partir do contexto educacional não é tarefa fácil, principalmente quando esta compreensão precisa considerar as complexas categorias de análise que envolve os sujeitos sociais que compõem o espaço campesino. Nesse sentido, faz-se necessário dialogar com os autores que tratam das concepções de

território e, sobretudo relacionar esse entendimento com as políticas educacionais do campo.

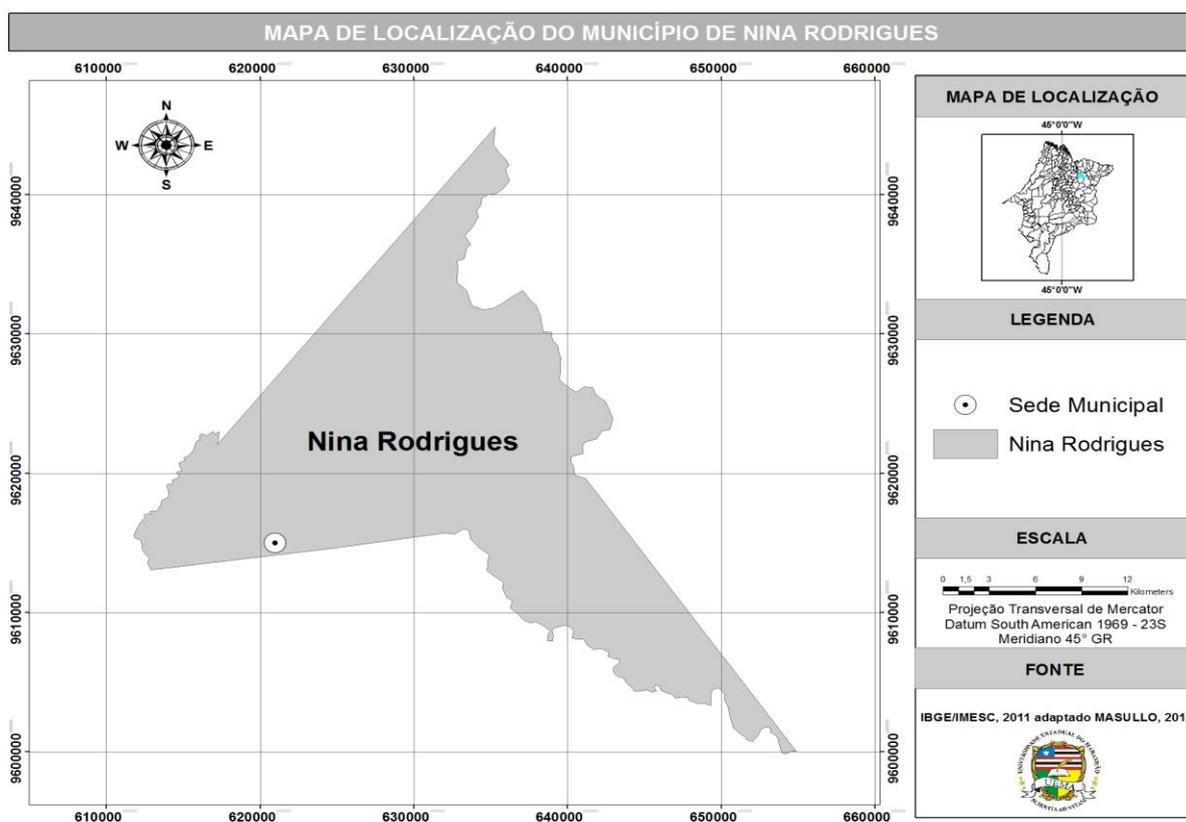


Figura 1 – Mapa de localização do município de Nina Rodrigues
Fonte: IMESC 2011

Sobre as concepções de território Saquet (2007, p.8) destaca que “o território resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território.”

Para se entender as relações sociais existentes no campo faz-se necessário considerar a diversidade dos atores sociais, as especificidades inseridas no espaço campesino, as políticas educacionais que atendam as necessidades dos povos que habitam o campo, bem como, as diferenças étnicas e raciais que estão enraizadas no campo.

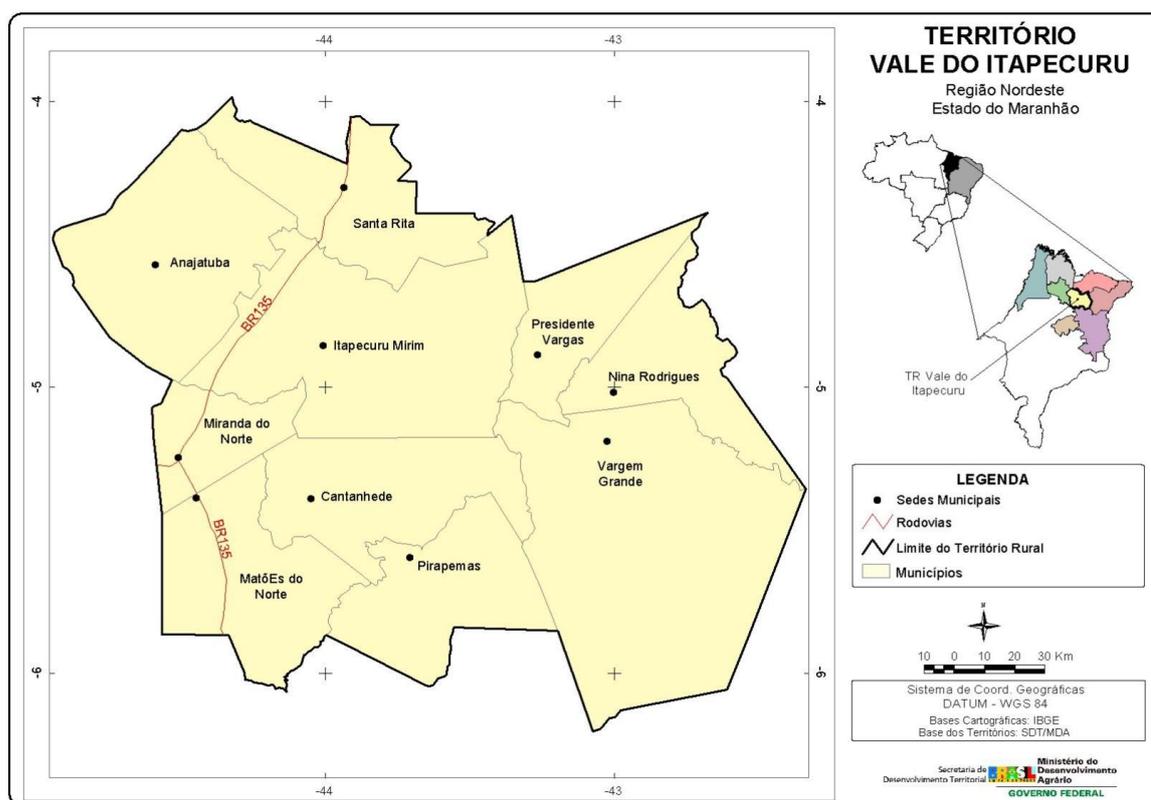


Figura 2 – Território Vale do Itapecuru-MA
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Outra questão que fortalece estas discussões está relacionada ao contexto histórico, que vem mostrando que o modo de vida urbano sempre foi tratado com mais cuidado quando comparado ao campo e formou-se a ideia de que tudo o que pertence ao espaço urbano pode ser considerado como desenvolvido, em contrapartida, tudo o que é do campo é visualizado como atrasado.

O conhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de ares de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano. (SPÓSITO; WHITACKER, 2006 p. 121)

Desenvolver pesquisas que considere o atual contexto educacional brasileiro é um tanto quanto complexo, preferencialmente quando se trata de Educação do Campo. Essa complexidade pode estar voltada às categorias que devem ser analisadas para se entender as relações que envolvem os sujeitos que compõem o espaço campesino.

Nesse sentido, desmistificar essa realidade considerando como integrante do processo de mudanças à educação é um grande desafio para os sujeitos que sonham com uma sociedade com oportunidades iguais.

Dessa forma, é importante destacar que os movimentos sociais se posicionam muito bem, quando pensam para os camponeses uma educação diferenciada, que considere as necessidades da comunidade. Os movimentos sociais visualizam a escola como um dos lugares nos quais ocorrem o processo de (re)construção da identidade camponesa e com isso entendem que a escola localizada no campo necessita de uma pedagogia diferenciada. (SCHULTZ; LIRA, 2011, p. 107)

Delgado (1997) acrescenta que o movimento social que defende a reforma agrária, oriundo de várias frentes e formas de luta objetivando a posse da terra e melhorias das condições de trabalho no campo, ganhou repercussão nos governos federais de Getúlio Vargas e Jango Goulart.

De fato, os Movimentos sociais se fizeram muito presente na luta pela manutenção do campesinato, objetivando o resgate do modo de ser desses sujeitos que em muitos momentos são esquecidos, onde discursos considerados dominantes pregavam até mesmo a possibilidade de sua extinção.

Dinâmica territorial e o Projeto de Assentamento Palmares II em Nina Rodrigues – MA

A sociedade sempre tentou organizar o território procurando atender as suas necessidades e isso é abordado muito bem por Santos (1994, p.51) quando destaca que “a configuração territorial é dada pelas obras dos homens [...] cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza, substituindo-a por uma natureza itinerante humanizada.” De fato,

O território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional [...] é entendido para além de área, superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas), como espaço aberto em constante transformação. SAQUET (2007, p.51)

Haesbaert (2007) destaca três vertentes básicas sobre as concepções de territórios: a política que faz referência as relações que envolvem espaço e poder em geral e se apresenta como a mais difundida onde se percebe o espaço como delimitado e controlado;

a cultural que tende a priorizar a dimensão simbólica e mais subjetiva, considerando que destaca o território como produto da apropriação e valorização simbólica e a econômica tratada como a menos difundida que ver o território como fonte de recurso e as vezes incorporado em classes sociais e na relação capital-trabalho.

As vertentes apontadas por Haesbaert são fundamentais para se entender a dinâmica territorial. Fortalecendo estas discussões Fernandes (2000) destaca que: as categorias Educação, cultura, produção, trabalho, organização política, mercado etc., devem ser consideradas como relações sociais constituintes das dimensões territoriais. O autor afirma que Elas não existem em separado, ou seja, a educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões.

O assentamento em estudo foi criado em 2000, Possui uma área de 12.364 hectares com 380 famílias assentadas e fica localizado em Nina Rodrigues-MA aproximadamente 20 km da sede. A figura 3 mostra o Rio Munin que separa o Projeto de Assentamento da sede.



Figura 3 – Área que separa a sede de Nina Rodrigues do Assentamento Palmares II
Autor: COELHO, Adriana Araujo/Junho de 2012

Trata-se de um Projeto de Assentamento que surge no bojo da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária Federal cujo objetivo é a viabilização da política de distribuição de terra no Brasil. Para tanto, é importante destacar que em territórios como este, as famílias agricultoras familiares organizam suas lutas no sentido de resistir às adversidades que estão enraizadas na comunidade.

Delgado (2005, p.72) afirma que:

Uma característica secular da estrutura fundiária brasileira é a sua alta desigualdade. Este traço perpassa todo o período da “modernização conservadora” e do “ajustamento constrangido”. De fato, nos últimos anos a concentração fundiária manteve-se visceralmente arbitrada pelo poder do Estado. No período posterior à Constituição de 1988 houve avanços de direitos sociais, inclusive direitos agrários, que afirmam compromissos com a igualdade. Simultaneamente aos avanços no campo jurídico-institucional, contudo, corresponderam constrangimentos no campo econômico. A resultante líquida desse jogo de forças mantém a desigualdade praticamente inalterada

Para Rodrigues, et al (2010), essas adversidades podem está diretamente vinculadas ao processo de ocupação do território brasileiro, considerando a distribuição de grandes extensões de terras que gerou e tem perpetuado a concentração de terra e isso certamente tem originado diversos problemas no ambiente campesino e que são acentuados atualmente em função das novas formas de concentração da propriedade da terra.

As atividades econômicas realizadas no assentamento Palmares II estão voltadas para a agricultura familiar. Para Neves (2007, p.9)

O termo *agricultura familiar* é posteriormente, nos já referidos campos acadêmicos americano e europeu, consagrado sob outros significados, qualificados pelas críticas elaboradas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria (acirrador de exclusões e de expropriações diversas). E no Brasil foi assumido tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas, como pela representação política dos trabalhadores rurais. Todos operaram nessa consagração classificatória, mas para fazer reconhecer a legitimidade e a modernidade dos objetivos da ação política de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares, em busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e de assistência técnica, enfim, em tese asseguradores da reprodução de modos de produzir sob orientação relativamente diversa da organização capitalista.

Para o desenvolvimento das atividades agrícolas a comunidade que habita o Assentamento Palmares II utiliza-se do sistema de corte e queima. Trata-se de uma prática que é considerada comum no cultivo de produtos agrícolas no Maranhão. Essas práticas certamente estão relacionadas à ausência de tecnologias avançadas que poderiam contribuir para o avanço dessas atividades.

Os principais produtos produzidos no assentamento são o arroz, feijão e milho. Atualmente, o Assentamento conta com uma usina de beneficiamento de arroz, um alambique para o fabrico de tiquira (aguardente de mandioca) e um

caminhão, adquiridos com os recursos oriundos do Fomento Alimentação oferecidos pelo Governo Federal para os investimentos iniciais dos assentados para estabelecimento no local. (JARDIM; et al, 2010, p.8)

É importante ressaltar, que atualmente no assentamento a demanda do uso dos recursos naturais tem superado a capacidade de suporte do ambiente e isto está contribuindo para o desenvolvimento de práticas agrícolas em áreas mais baixas nas proximidades das matas ciliares, considerando que às áreas mais altas estão em um estágio avançado de degradação e isto pode está relacionado à incompatibilidade entre o sistema utilizado e o módulo rural. Rodrigues., et al (2010)

Não se pode negar que os problemas vivenciados pelas famílias que habitam os territórios rurais maranhenses estão intimamente relacionados à ausência de políticas públicas, de maneira especial o assentamento em estudo, principalmente as que se referem ao contexto educacional.

[...] as relações não se desenvolvem no vácuo, mas sim nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios. Portanto, ambos possuem a mesma importância. As relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades. Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meios das relações de classe para desenvolver seus territórios. No campo, os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais. (MOLINA, 2006 p.29)

Assim, não dá para pensar em educação camponesa, sem refletir sobre projeto de desenvolvimento da agricultura, o cotidiano no campo, o campo como espaço de valores, ou seja, considerar as particularidades locais e os sujeitos que compõem este espaço.

Educação no Assentamento Palmares II: reflexões sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA

O campo como contexto educacional em suas dimensões socioeducativas, requer o atendimento às especificidades e no Estado do Maranhão percebe-se ainda pouco compromisso do poder público com a oferta da educação básica de qualidade como está definido na LDB de 1996 que reconhece, em seus artigos 3º, 23º, 27º e 61º, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país.

É visível a distância, entre as intenções expressas nos âmbito da legislação e nas discussões realizadas pelos movimentos sociais em relação à organização do ensino, a infraestrutura dos espaços, ao material didático, a formação dos docentes e do gestor escolar e também de acompanhamento sistemático às ações pedagógicas, bem como aos programas de suporte à educação, requerendo pesquisas sobre as questões institucionais e organizacionais da Educação do campo no contexto maranhense.

A educação como política pública é fundamental para o campesinato. Esta dimensão territorial é espaço essencial para o desenvolvimento de seus territórios. Embora a Educação do Campo ainda seja incipiente, está sendo pensada e praticada na amplitude que a multidimensionalidade territorial exige. Desde a formação técnica e tecnológica para os processos produtivos, até a formação nos diversos níveis educacionais, do fundamental ao superior para a prática da cidadania [...] A educação é uma política social que tem importante caráter econômico porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Deste modo, para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que atenda sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários. (MOLINA, 2006, P.31)

O Assentamento em estudo possui uma escola que é fruto das reivindicações dos movimentos sociais denominada de Unidade Integrada Francisco Rodrigues da Silva que fica localizada no Assentamento Palmares II, atendendo alunos residentes no Assentamento e funciona na modalidade seriada (figura 4).



Figura 4 – Escola que atende aos discentes residentes no Assentamento Palmares II
Autor: COELHO, Adriana Araujo/Junho de 2012

De fato, a categoria educação termina refletindo nos diversos segmentos que compõem o território e isso pode ser percebido na própria relação que a comunidade tem com o ambiente. Pontuando estas questões Schultz; Lira (2011 pág. 108) afirmam que a educação do campo,

Deve sempre buscar a solução de problemas reais da comunidade, para garantir a permanência do camponês no campo, respeitando sua cultura e melhorando sua qualidade de vida. Uma educação emancipadora, voltada para as várias dimensões da pessoa humana, as quais envolvem concepções políticas, ideológicas, tradicionais, morais, culturais, estéticas afetivas e religiosas e que se constitui num processo permanente de (trans)formação dos camponeses preparando-os para relacionar-se com a modernidade sem perder suas principais características.

Nos Referenciais para uma Política Nacional de Educação do Campo (2003) afirma-se, que a revalorização do campo é entendida no âmbito governamental como uma ação estratégica para a emancipação e cidadania dos sujeitos que habitam o campo, podendo contribuir de forma significativa para a promoção do desenvolvimento sustentável regional e nacional.

A percepção dessas relações é importante para compreendermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais. Nesse sentido, Mota; Schmitz (2002 pág.397) apontam que:

Falar do rural não é reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em “rurais”, colcha de retalhos que constitui o mundo agrário brasileiro sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais. Mas falar do rural é também apontar as pistas que nos conduzam à melhor compreensão do mesmo.

Nesse contexto, podemos ressaltar que o PRONERA programa que atendeu o Assentamento Palmares II, aborda em seus estudos o espaço camponês e tem se destacado como uma das significativas conquistas da classe popular do campo, na luta por uma educação específica do campo, que está sendo construída com e pelos camponeses, que vem priorizando a idéia de uma construção a partir de sujeitos coletivos que estão inseridos numa dinâmica de luta social, ou seja, sujeitos que pensam e refletem o ambiente social que vivem.

O Pronera é um programa que estabelece importante parceria com os movimentos sociais e Instituições de ensino superior que tem como propósito maior realizar projetos para alfabetizar jovens e adultos e posteriormente ingressar no ensino superior. Tem como objetivo fortalecer a educação em territórios de Reforma Agrária

estimulando, desenvolvendo e coordenando projetos voltados para atender as necessidades educacionais do campo a partir de uma proposta político-pedagógica apresentada num manual de orientações técnicas para todos os estados que integram o programa (COUTINHO, 2009)

Assim, o PRONERA apresenta-se como um projeto de educação específico para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, considerando que:

Tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária [...]capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. O programa apoia projetos em todos os níveis de ensino [...] (INCRA 2012)

No Estado do Maranhão, a concretização do PRONERA dá-se através de parcerias envolvendo os Movimentos Sociais MST, Federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura do estado do Maranhão (FETAEMA), bem como Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e as Instituições Superiores de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, Instituto Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão. Araujo (2011, P. 8 e 9) destaca que,

o primeiro curso nível médio realizado pelo Pronera, foi em parceria com a MST/ ASSEMA/ UFMA /INCRA/COLUN (Colégio Universitário), curso de Formação de Professores na Modalidade Magistério, no período de 2002 a 2005. Desta turma concluíram o curso nove pessoas do assentamento Palmares, sendo seis mulheres e três homens [...]A parceria continuou e em 2006 iniciou outra turma de Magistério que encerrou em 2009, da qual participaram cinco mulheres e quatro homens do assentamento Palmares. Atualmente está em funcionamento o projeto Pedagogia da Terra, através da mesma parceria, e muitos dos alunos que compõe a turma são os alunos oriundos da primeira turma de magistério.

O quadro 1 apresenta um resumo dos discentes que foram atendidos pelo PRONERA entre 2001 a 2009 perfazendo um total de vinte e sete pessoas formadas nos diferentes cursos. Desse total vinte pessoas continuam morando no assentamento, dos quais dezenove ocupam funções importantes para o desenvolvimento organizativo do mesmo. Oito pessoas estão inseridas no processo educativo através da escola, sete são educadoras e uma ocupa o cargo de gestora. Uma faz parte do Conselho Tutelar, outra é agente de saúde comunitária efetiva no assentamento, cinco pessoas fazem parte da Coordenação do Assentamento, e quatro contribuem com a organização interna do mesmo. (Araujo, 2011)

Quadro 1 – cursos que atenderam o Assentamento Palmares II de 2001 a 2009

CURSO	PERÍODO	QUANTIDADE		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL
Magistério - 1ªTurma	2002 a 2005	03	06	09
Magistério - 2ªTurma	2006 a 2009	04	05	09
Técnico em Agropecuária	2006 a 2008	04	01	05
Técnico em Saúde Comunitária	2006 a 2008	X	02	02
Licenciatura em História	2004 a 2008	01	X	01
Licenciatura em Pedagogia	2001 a 2005	X	01	01
TOTAL		12	15	27

Fonte: Araujo, Lenilde Alencar/2011

Dessa forma, colocam-se como princípios fundamentais da educação voltada para atender as necessidades do campo a transformação social e valores como justiça social vinculada às lutas pela democracia, a solidariedade e valores humanistas.

Para tanto, a educação do campo deve pensar na educação que considere o cotidiano do campo, desvinculando-se do modo de produção capitalista que sempre pensa em uma educação para o mercado de trabalho.

Para Lefebvre (2001), a produção implica e compreende a produção das ideias, das representações, da linguagem intimamente misturada a atividade material e ao comércio material dos homens. A produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano, ou seja, há produção das representações, das idéias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros. Há produção da própria consciência. A consciência é, portanto um produto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas nesse estudo apontam que o desenvolvimento territorial, seja ele urbano ou rural, está intimamente relacionado à aplicabilidade de políticas públicas educacionais. Entretanto, é exatamente no contexto campesino que as deficiências educacionais se acentuam.

O estudo tenta estabelecer um diálogo com os autores que tratam das concepções de território e, sobretudo procurou relacionar esse entendimento com as políticas educacionais do campo. De fato, a categoria educação termina refletindo nos mais diversos segmentos

que compõem o território e isso pode ser percebido na própria relação que a comunidade tem com o ambiente.

As atividades econômicas realizadas no assentamento em estudo estão voltadas para a agricultura familiar, destacando-se como principais produtos o arroz, feijão e milho. O estudo destacou ainda que no Estado do Maranhão, a concretização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA deu-se através de parcerias envolvendo os Movimentos Sociais MST, Federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura do estado do Maranhão (FETAEMA), bem como Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e as Instituições Superiores de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, Instituto Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão

Assim o campo não pode limitar-se apenas ao fator econômico, é preciso priorizar a valorização social, ambiental, cultural e principalmente as questões educacionais, ou seja, considerar os fatores endógenos reduzindo a dependência externa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lenilde de Alencar. A CONCRETUDE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DE JOVENS CAMPONESES PELO PRONERA. Artigo de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2011

COUTINHO, Adelaide Ferreira (org.). Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo. São Luis: EDUFMA, 2009.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil: 1950–2003. In: **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930–1980. In: SZMRECSANY, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs). História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 1997.

FAVARETO, Arilson. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: Políticas de desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios. Brasília: IICA, 2010.

FERNANDES, B. M., MOLINA, M. C.(Orgs.) O campo da educação do campo. In: JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo, MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Brasília, DF, 2004.

FERNANDES, B. M. . Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000 disponível em < http://www.agb.org.br/files/TL_N15.pdf> acesso em 24 de julho de 2012

Fernandes, Bernardo Mançano. **OS CAMPOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:** espaço e território como categorias essenciais. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf> acesso em 24 de julho de 2012.

FOERSTE, Erineu. SCHUTZ-FOERSTE, Gerda Margit. CALIARI, Rogério. **Educação do Campo:** povos, territórios, saberes da terra, movimentos sociais, sustentabilidade. Vitória, ES: UFES, Programa de pós-graduação em Educação, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

INCRA. Pronera. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>, acesso em: 14 de julho de 2012.

JARDIM, R. O; RIBEIRO, A. P; FARIAS FILHO, M. S. Modernização do campo e as transformações sociais atuais na microrregião de Itapecuru-Mirim, MA. In Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crises, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, 2010.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição.

Molina, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

MDA. **Territórios da cidadania.** Acesso em: 25/07/2012. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/onecommunity>.

MOTA, D. M.; SCHMITZ H. Pertinência da categoria rural para análise do social. Ciência e Agrotecnologia. Lavras: UFLA, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002. Disponível em: < <http://www.editora.ufla.br/revista/26>. Acesso em: 15 jul. 2012.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar:** quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. Geografia Agrária: teoria e poder, São Paulo: Expressão Popular, 2007

KOLLING, E., NERY, I.; MOLINA, M. C. (Orgs) Por Uma Educação Básica do Campo. v.1. Brasília, DF, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre o território. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SCHULTZ, Erna Augusta Denzin; LIRA, Elizeu Ribeiro. **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NO ESTADO DO TOCANTINS: uma realidade possível.** In: CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. ago., 2011.

SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

RODRIGUES, Lenôra Conceição Mota; COSTA, Francisca Sousa da; FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **AGRICULTURA FAMILIAR E IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS: uma reflexão a partir das comunidades rurais de Canto da Capoeira e Palmares II na Microrregião de Itapecuru-Mirim, MA.** In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças, espaço de diálogos e prática. Porto Alegre, 2010.